Brasil, capital Brasília

JORNAL DE BRASÍLIA

LUIZ ADOLFO PINHEIRO

26 MAR 1995

O poeta Jean Cocteau costumava dizer que “nada se parece tanto com uma casa em construção do que uma em demolição”. Quem chega a Brasília tem a visão de uma cidade em construção. É o caso de perguntar se não está em processo de demolição, não no sentido de engenharia mas de concepção e de papel político de sede dos poderes da República.

Voltemos um pouco às origens, ao ponto de partida. Brasília foi concebida, na segunda metade da década de 1950, para ser a capital da República, e uma cidade administrativa de até 500 mil habitantes pela altura do ano 2000. É o que consta do concurso público aberto na época para escolha da planta da nova cidade, que foi vencido pelo urbanista Lúcio Costa, com o seu Plano Piloto formado de dois eixos que se cruzam: o do poder (Monumental) e o dos moradores (Rodoviário).

Qual a situação em 1995? Brasília estourou os 500 mil habitantes previstos para o ano 2000, já tem um milhão e 800 mil e não pára de crescer. Certo? Errado. O Plano Piloto de Lúcio Costa, elaborado conforme o concurso público de 1956, para ser a capital da República e ter 500 mil habitantes no ano 2000, continua sendo capital da República e não tem 500 mil habitantes. A confusão vem do fato de que quem tem um milhão e 800 mil habitantes é o Distrito Federal. Ora, o concurso vencido por Lúcio Costa em 1956 não era para construir o Distrito Federal mas uma cidade de até 500 habitantes para ser a capital da República. E isto foi feito. E está rigorosamente dentro do espírito inicial de Brasília.

Então, onde a coisa deu errado? Deu errado na concepção do monstrego chamado Distrito Federal. O que está errado é esse quadrilátero imenso para ser um distrito federal e, ao mesmo tempo, pequeno demais para ser um estado da Federação. O problema, portanto, não é Brasília (Plano Piloto). Brasília vai bem, obrigado. A cidade está rigorosamente dentro dos 500 mil habitantes até o ano 2000, é só um centro administrativo e funciona muito bem como capital da República. Parodiando Sartre, que dizia que “o inferno são os outros”, fica bem claro que o inferno, no caso, é o Distrito Federal inventado com base no Quadrilátero Cruls, do início do século. E é aí que tem de agir o bisturi político da nação. E agir logo, antes que seja tarde demais.

Em outras palavras: o verdadeiro Distrito Federal deveria ter sido — ou deveria ser — somente Brasília, o Plano Piloto. Tudo o que está fora dela, ou dele, é estado de Goiás — de Planaltina a Samambaia, de Santa Maria a Brazlândia, de Sobradinho o Gama. Usurparam, na época, ao estado de Goiás uma imensa porção de território sem necessidade e com base num quadrilátero estratégica e politicamente superado, pois datado de 1922, quando o Brasil e o mundo eram outros. É aí, nesse território goiano indevidamente chamado de Distrito Federal, que a onça bebe água e a porca torce o rabo. Virou uma terra de ninguém, que não é administrada pela União e nem por Goiás, enquanto o governo desse vasto DF não tem recursos para tomar conta desse excedente de um milhão e 300 mil habitantes.

O verdadeiro Distrito Federal — que é só o Plano Piloto, capital da República, conforme o concurso de 56, a planta de Lúcio Costa e o texto da lei de mudança da capital e mais a Constituição da República — deveria ter sido, desde o primeiro dia, de inteira responsabilidade administrativa da União, com prefeito nomeado pelo Presidente da República, e todos os serviços essenciais custeados pelo Tesouro Nacional. Naturalmente deveria existir uma câmara de vereadores e, a exemplo do DF que funcionava no Rio de Janeiro, senadores e deputados federais. É claro também que os moradores desse Plano Piloto-Brasília-capital da República pagariam IPVA, IPTU, taxas de água e esgoto e contas de luz e telefone, como em todo o País. Mas a República custearia as despesas essenciais de segurança, de saúde de educação de sua cidade, de sua capital.

A reforma constitucional oferece a oportunidade para a cirurgia que deve devolver a Goiás o que é de Goiás e devolver ao Brasil o que é do Brasil: Brasília. Quanto aos políticos, fiquem tranquilos: com exceção da figura do “governador” que cederia lugar a um prefeito nomeado e referendado pelo Senado, todos os demais cargos eletivos permanecem à disposição dos atuais titulares. A única diferença é que os distritais de hoje seriam promovidos a estaduais de amanhã, com assento na Assembléia Legislativa em Goiânia — por sinal, uma encantadora cidade.

■ Luiz Adolfo Pinheiro é editor de Opinião